



15^o CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



PRECARIZAR O TRABALHO É PRECARIZAR A SOCIEDADE

Otávio Alves de Brito Lucindo da Silva¹

INTRODUÇÃO

O trabalho está cada vez mais precarizado: cortes de direitos trabalhistas, cortes na educação, cortes em projetos em assistência social e um extremo avanço do neoliberalismo e da desigualdade social. É evidente que o mercado não funciona para gerar emprego, a intenção e o interesse do mercado está na geração de lucro, mas também é evidente que em nossa lógica econômica vigente se faz necessário que a população esteja empregada para que haja consumidores (além do consumo autônomo), sem emprego, o avanço da economia é posto em risco, é necessário uma taxa mínima de geração de emprego/renda para que a economia flua de forma saudável, deveria ser papel do governo fomentar ações que gerassem e mantivessem em uma taxa aceitável de emprego/renda da população, porém, cooptados pela ideologia neoliberal, estão servindo como instrumento de maior fomento a precarização do trabalho/renda.

Para os fins de nosso estudo teórico, precisamos definir alguns pontos que evidenciam o quanto precarizar o trabalho faz mal para a nossa economia e consequentemente para sociedade, para isso iremos falar sobre: o que é o trabalho, quem são os trabalhadores, sociedade baseada em consumo, quem são os consumidores e como isso afeta o PIB (desempenho econômico), e a ideia neoliberalista para o trabalho.

¹ <https://orcid.org/0000-0002-4442-7618> , Mestrando em Humanidades Digitais com ênfase em Políticas Públicas da UFRRJ – PPGIHD. E-mail: ot.debrito@gmail.com

*Agradeço a minha esposa Jéssica dos Santos Soares, pela paciência e por todo apoio.



15^o CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



A Secretaria do Trabalho define trabalho decente “como o trabalho produtivo adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.”, com base nessa ideia vemos que o trabalho deve possuir: uma remuneração adequada, e deve ser exercido em condições distantes das condições de escravidão, nosso Código Penal em seu artigo 149 define condição análoga a escravidão como: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”.

Com base nisso podemos pôr em voga dois extremos, o do trabalho decente e o do trabalho análogo a escravidão, e a precarização do trabalho está no limite do que ainda podemos considerar trabalho, ou será que não? em uma fala recente do atual presidente Bolsonaro, ele disse: “que ninguém gosta de escravidão” e logo após suavizou os impactos de condições de trabalho similares, o mesmo presidente que desfez o Ministério do Trabalho, e que luta veemente contra a Constituição, que além de outros direitos, garante:

“Art. 7º IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;”

E já que remuneração adequada ou nesse caso, a mínima adequada é parte do que torna um trabalho decente, é importante denotar o quanto isso tem estado em risco nesse governo, como esse trecho de uma matéria do UOL a respeito informa “Neste ano, o governo Bolsonaro reajustou o salário mínimo abaixo da inflação”, sendo assim a maior parte dos trabalhadores formais que recebem mensalmente um salário mínimo, apesar do ganho nominal do salário, tiveram uma perda real do mesmo.

Mas se os ataques às condições condições de trabalho (consequentemente aos trabalhadores) avançam tanto desde de o governo Temer no Brasil, é de se esperar que isso traga algum ganho de alguma forma, e na fala do CEO do Itaú à Exame: “As



15^o CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



reformas deixam o Brasil em uma situação tão boa como eu nunca vi em minha carreira" , no momento dessa entrevista o Brasil possuía cerca de 12% de desempregados, e hoje 14,7%, mas isso não é tudo, nossa taxa de subutilização da força de trabalho é de 29,7%, todos dados retirados da plataforma do IBGE, e ainda há quem defenda a ideia meritocrática e neoliberal que nos é propagada quando dizem que determinada reforma irá ao invés de precarizar o trabalho, gerar mais empregos, como dizia em sua época (2017) “O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, usou sua conta no Twitter, nesta quinta-feira, para dizer que a reforma trabalhista vai gerar empregos e aumentar a produtividade das empresas”, o que me leva a pensar: será que a classe trabalhadora não agrega nada à nossa economia?

Vivemos em uma sociedade cujo sistema econômico gira em torno do consumo, até mesmo a maior parte do nosso sistema tributário visa a tributação do consumo, e no Brasil quem são os consumidores? segundo matéria do Estadão “consumo das famílias responde por 65% do PIB”, ou seja, a classe trabalhadora que compõe a maior parte das famílias no Brasil é a maior contribuidora para a elevação do PIB do país, logo é do interesse, ou deveria ser do interesse dos governantes e de toda sociedade que houvesse o mínimo de: estabilidade, segurança e liberdade, e que houvesse uma remuneração adequada aos trabalhadores, para que as famílias não fossem condenadas ao consumo autônomo, e que o país pudesse se livrar do monstro da inflação que está acumulada em 8,99%, e retomar o crescimento.

Mesmo com isso, a ideia das organizações ainda não é gerar emprego, sim, lucro, e melhores condições de trabalho significam maiores custos e despesas para os empresários (ao menos de forma geral), e não é de se esperar que os próprios irão fazer algo de própria vontade para atender à classe trabalhadora, mesmo que em certo grau isso acabe impactando os negócios desses empreendedores, a realidade é que esse é um problema de políticas públicas que deve ser sanado pelo governo.

Desde a Reforma Trabalhista, temos tido um aumento cada vez maior da informalidade, como demonstra o Correio Braziliense “aumento da informalidade, que atingiu 41,6% da força de trabalho em todo o país”, e como é corroborado pelo trabalho publicado na revista científica Humanidades & Inovação há “processos de desestruturação do mercado de trabalho e desconstrução dos direitos sociais e trabalhistas no Brasil”, e esses processos, esses ataques à classe trabalhadora é um



15^o CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



ataque a coesão social, que não ocorre só através do trabalho, mas da educação, tanto básica quanto superior pública no país.

É necessário que se contenha a onda neoliberal que tem por premissa que o Estado não deve fazer o papel de Estado, mesmo que ele continue sendo pago pra isso, pois sem políticas públicas que atendam aos trabalhadores, e que se façam cumprir as leis que defendem seus direitos no sistema econômico vigente... todos estaremos em risco.

REFERÊNCIAS

Pereira, Sandra de Oliveira Gomes; Cabral, José Pedro Cabresa; Informalidade e Crise do Emprego no Brasil, Revista Humanidades & Inovação. Dezembro de 2019 <[INFORMALIDADE E CRISE DO EMPREGO NO BRASIL | Humanidades & Inovação \(unitins.br\)](#)>

Secretaria de Trabalho, Trabalho Decente <[Trabalho Decente — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#)> Atualizado em 22 de Março de 2021.

Planalto, Decreto Lei 2848/1940
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del2848compilado.htm>

Uol Notícias, "Trabalho análogo à escravidão não pode tirar terra de fazendeiro", diz Bolsonaro <["Trabalho análogo à escravidão não pode tirar terra de fazendeiro", diz Bolsonaro \(facebook.com\)](#)> 13 de Novembro de 2020.

Uol Economia, Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.147 em 2022, sem aumento real
<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/15/governo-anuncia-pldo-e-salario-minimo-vai-a-xxxx-em-2022-sem-ganho-real.htm>> 15 de Abril de 2021.

Exame, "Reformas deixam Brasil em situação boa como nunca vi", diz CEO do Itaú <["Reformas deixam Brasil em situação boa como nunca vi", diz CEO do Itaú | Exame](#)> alterado em 30 de Julho de 2019.



15^o CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



IBGE, Inflação <[Inflação | IBGE](#)> Agosto de 2021.

IBGE, Desemprego <[Desemprego | IBGE](#)> Agosto de 2021.

Estadão, Consumo das Famílias e investimentos <[Consumo das famílias e investimentos puxam alta de 0,6% no PIB do terceiro trimestre - Economia - Estadão \(estadão.com.br\)](#)>

Correio Braziliense, Informalidade do mercado de trabalho atinge 38,4 milhões de pessoas

<[Informalidade do mercado de trabalho atinge 38,4 milhões de pessoas \(correio braziliense.com.br\)](#)> 15 de Fevereiro de 2020.

Uol Economia, Cresce número de trabalhadores que ganham no máximo um salário mínimo <[Cresce número de trabalhadores que ganham no máximo um salário mínimo - 03/02/2020 - UOL Economia](#)> 03 de Fevereiro de 2020.
